



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SÃO PAULO**

**PORTARIA Nº 206, DE 26 DE MAIO DE 2021**

O PROCURADOR-CHEFE DA PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições previstas no inciso II do artigo 50 da [Lei Complementar nº 75](#), de 20 de maio de 1993, considerando o disposto no Regimento Interno Administrativo do Ministério Público Federal, aprovado pela [Portaria n.º SG/MPF n.º 382](#), de 05 de maio de 2015, e considerando, ainda, o disposto na [Portaria SG/MPF nº 174](#), de 20 de março de 2019, que regulamenta a gestão e fiscalização dos contratos administrativos firmados pelo Ministério Público Federal, RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores abaixo relacionados como fiscais do respectivo Instrumento Negocial: Fiscal Administrativo: Adriana Correia Pedro, matrícula 21.837. Fiscal Administrativo Substituto: Marco Aurélio B. de Campos, matrícula 3.427. Fiscal Técnico: Marco Aurélio B. de Campos, matrícula 3.427. Fiscal Técnico Substituto: Adriana Correia Pedro, matrícula 21.837. Instrumento Negocial: Ata de Registro de Preço nº 2B/2021. Objeto: aquisição de material odontológico, para atender necessidade da Seção de Assistência a Saúde e Bem Estar (SEASBE) da Procuradoria da República no Estado de São Paulo

Art. 2º O fiscal e seu substituto ficam designados pelo prazo de vigência da Ata, incluindo as prorrogações que venham a ocorrer.

Art. 3º Os afastamentos do fiscal e do substituto que permitam agendamento prévio não poderão ser usufruídos em datas coincidentes.

Art. 4º Quando houver a necessidade de mudança do fiscal titular e/ou seu substituto, a unidade requisitante dos bens ou serviços deverá, formalmente, levar o fato ao conhecimento da Divisão de Contratações e Gestão Contratual.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**MARCIO SCHUSTERSCHITZ DA SILVA ARAUJO**

Procurador-Chefe da Procuradoria da  
República no Estado de São Paulo

**Este texto não substitui o publicado no DMPF-e, Brasília, DF, 28 maio 2021. Caderno Administrativo, p. 33.**